

LINHAS DA POLÍTICA EXTERNA CULTURAL ALEMÃ COMO BASE DA COOPERAÇÃO EDUCACIONAL COM O BRASIL

Paul Voerkel (Friedrich-Schiller-Universität Jena, Alemanha)

ABSTRACT

Language issues have become overwhelmingly important during the last few years – not only in the scientific scale, but as well as a political priority. While language policy appears to be a quite recent topic in the case of Brazil, Germany counts on a longer tradition to consider culture and language as instruments for international cooperation.

The present article starts with a historical overview of the history of German cultural policy on an international level, reveals its relevant structures, goals and challenges and ends with a short comparison of some related aspects in nowadays Brazil. The general reflections about the influence of public policy on the study field of Humanities (and here specifically on graduation courses of languages and culture) are considered to be valid both for language teachers and those enrolled with educational & language planning and curriculum design.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de línguas; Política de cultura; Fomento de línguas; Alemão como língua estrangeira; Política linguística

1. INTRODUÇÃO

Num mundo cada vez mais entrelaçado, marcado pelos passos da globalização, os países não conseguem mais solucionar os desafios atuais de maneira individual, mas sim dependem cada vez mais da cooperação internacional (VOSCHERAU 1996, p.20). Trata-se neste sentido de encontrar os vínculos entre os diferentes países e suas sociedades, existentes sem dúvida no plano político, indo além dos instrumentos tradicionais da diplomacia. A política, consciente disso, não se limita em nossos dias aos encontros entre chefes de Estados, mas adotou uma postura consideravelmente mais abrangente, visível entre outros na *política externa de cultura e língua*¹ e sua forma de interferir – de maneira mais ou menos direta – nos seus processos de fomento²: Em termos gerais, as relações internacionais tornaram-se, no decorrer do tempo, cada vez mais determinantes, inclusive para áreas como as ciências humanas e, mais especificamente, as letras. Por sua vez, os elementos culturais³ são também cada vez mais visíveis na política (ARNOLD 1980, p.6).

1 Utiliza-se aqui o termo „política externa de cultura e língua” para traduzir o conceito alemão de “Auswärtige Kultur- und Bildungspolitik” (AKBP), que engloba decididamente a política de apoio à aprendizagem de línguas („Sprachenpolitik”). Seriam, neste sentido, outras possibilidades de tradução “política de ensino de línguas” ou “política linguística”. Porém, parece mais adequada a primeira opção, pois inclui o campo da pesquisa acadêmica e a ligação direta entre os atores políticos e da língua em geral, assim como o forte vínculo entre a “cultura” e a “língua”. Para uma discussão mais profunda da terminologia, principalmente na definição de “Sprachpolitik” vs. “Sprachenpolitik”, ver Ammon (2015, p. 103).

2 Vale mencionar que o fomento da própria língua e cultura é característica geral para numerosos países, tais como França, Itália, Espanha, Japão, e, recentemente, em escala bem importante, a China (cf. ARNOLD 1980, p. 36; VOSCHERAU 1996, p. 21).

3 O termo de *cultura* está sendo discutido novamente desde os anos 2010, chegando desta forma a definições cada vez mais diferenciadas. No contexto exposto, pode-se remeter, entre muitos outros autores, a Arnold (1980, p. 9), que define cultura como a “representação das similitudes internas e externas de um grupo específico de pessoas”.



No caso específico da Alemanha, pode-se falar, aproximadamente desde o ano de 2000, de uma política exterior de cultura e língua cada vez mais coerente e planejada. Bem entendido, o desenvolvimento desta política não se deu de maneira isolada. Ela encontra suas raízes na história do país e na percepção diferenciada de *cultura*, que esteve em mudança permanente durante as últimas décadas. Pode-se, nesse sentido, afirmar que a política exterior de cultura e língua, tendo nascido de prolongadas discussões no interior da sociedade, reflete também a cultura alemã em termos mais gerais (cf. PAULMANN 2005, p.12).

Considerando a influência da política, a finalidade deste artigo consiste principalmente em apresentar os processos histórico-políticos de representação da cultura e língua alemãs e as suas consequências e oportunidades para a área de alemão⁴ em geral. Esta abordagem se justifica pelo fato de que na última década foram publicados os primeiros artigos e monografias que comprovam o estabelecimento de um próprio núcleo de pesquisa nessa área: de relacionar as ciências políticas com a cultura e o ensino/aprendizagem de línguas. Ainda que não se possa falar de uma disciplina científica independente, conta-se com publicações válidas oriundas dessa cooperação frutífera de áreas de conhecimento diferentes (BAUER 2015, p. 409).

Para ver e compreender os passos do desenvolvimento da *política cultural exterior*, que, no caso da Alemanha, há muitos anos inclui a parte da língua, serão citados vários autores reconhecidos que influenciaram a percepção e a discussão da temática. É um fato interessante o de que os textos relevantes sobre a política linguística têm sido publicados em momentos decisivos para o tema, uma coincidência que justifica, no olhar do autor, a referência a textos de diversos momentos da discussão, e não só de fontes mais recentes. Os mencionados autores são, por sua vez, pessoas que na prática do dia a dia enfrentaram os desafios da política de línguas, seja, como no caso de Hans Arnold, como embaixador e secretário do *Ministério de Relações Exteriores* (AA), ou, como Kurt-Jürgen Maaß, na função de chefe do centro de pesquisa para assuntos culturais, o *Institut für Auslandsbeziehungen* (IfA). Todos estes autores contribuíram para o estabelecimento de uma política externa de cultura e língua coerente na Alemanha, que será explicada segundo uma perspectiva histórico-comparativa no capítulo seguinte.

2. A CULTURA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ

Mesmo depois de meio século de história comum da União Europeia, a política externa da Alemanha ainda se diferencia visivelmente da de outros países europeus, como da França e da Inglaterra, mostrando, de modo geral, uma tendência mais cautelosa e defensiva. Exemplos recentes são a não-intervenção da Alemanha na guerra contra a Líbia em 2012, ou a recepção de centenas de milhares de refugiados do Oriente Médio desde o início do ano de 2015. Essa posição tendencialmente defensiva da política, que vem sendo questionada com frequência, está definitivamente relacionada à história do país (cf. PAULMANN 2005, p.31), sabendo que o desenvolvimento da política exterior – e junto com ela, da política linguística – se deu gradualmente, acompanhando as discussões internas sobre o enfoque da representação no exterior e a autopercepção, e seguindo as convicções políticas dos governos em turno (cf. MAAß 2002, p.1).

Com base na linha de argumentação de Paulmann, vale a pena trabalhar as influências históricas sobre a política exterior de cultura e língua na Alemanha. Após uma breve descrição dos antecedentes, o texto seguirá a classificação de Mumme, que caracteriza o enfoque da política exterior depois de 1945, superficialmente, em três fases (cf. MUMME 2006, p.146–147): apresentar a Alemanha como “país

⁴ Não se faz, neste momento, a diferenciação entre „Germanística” e “Alemão como língua estrangeira”, frequente nos países de fala alemã, porém não tão relevante no contexto do Brasil.



de cultura” (de 1950 a 1970), passar uma imagem realista da vida alemã⁵ (1970 a 1990), e se dedicar a promover os valores universais, como de direitos humanos e da democracia (a partir de 1990).

2.1 Os antecedentes da política exterior de cultura e língua na Alemanha

Na Europa, o século XIX foi marcado por um determinado *Imperialismo Cultural*, que se refletia nas tentativas de impor às colônias os valores do país colonizador e que se via geralmente numa posição moral e de desenvolvimento superior (cf. PAULMANN 2005, p.12). A Alemanha não foi nenhuma exceção neste processo, sendo ela também uma nação possuidora de colônias e exercendo uma forte “missão cultural” (cf. ARNOLD 1980, p. 11). Uma medida, nesse contexto, foi uma política proativa de cultura no exterior, já visível na época do *Império Alemão* entre 1871 e 1914 (cf. AMMON 2015, p.101).

A *República de Weimar* (1918-1933) enfrentou, depois da Primeira Guerra Mundial, muitos desafios políticos, tanto no interior como também no exterior do país (cf. ARNOLD 1980, p.12). Mesmo assim, foi na década de 1920 que foram fundadas as instituições de promoção de cultura e ciência, tais como o *Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico* (DAAD) e o *Instituto Goethe*⁶ (cf. AMMON 2015, p.102).

Essa atitude de abertura para o mundo mudou radicalmente com a subida ao poder dos nacional-socialistas e com a sua propaganda, que trazia uma visão temática até muito reduzida, de língua e de cultura. A Segunda Guerra Mundial, terminada em 1945, deixou a Alemanha como país dividido⁷ e sem soberania sobre sua política exterior (que o país só ganharia de volta em 1990). Por isso, desde 1945, a Alemanha era obrigada a empreender uma política exterior mais defensiva, apoiando-se em grande escala nas possibilidades de uma política exterior cultural (cf. PAULMANN 2005, p.1).

2.2 Os anos depois da Segunda Guerra Mundial

Nos anos 1950 e 1960, o propósito principal da política exterior da Alemanha era ganhar de volta a confiança dos outros países do mundo (em primeiro lugar dos vizinhos europeus) e das suas populações (cf. ARNOLD 1980, p. 14). O instrumento utilizado na época era uma percepção e também uma apresentação basicamente elitista de cultura, de tendência quase estereotipada⁸. O país, segundo o presidente da época, Theodor Heuss, deveria ser representado como “nação de cultura viva”, uma imagem a ser transportada através das artes e da perspectiva oficial de cultura (cf. PAULMANN 2005, p.14). É base desta tendência política a opinião de que com cultura se pode “fazer política” (cf. ARNOLD 1980, p.11).

Depois do crescimento econômico e a volta à ciranda dos países considerados importantes, a Alemanha viu a necessidade de determinar sua política exterior – e especificamente as medidas de promoção da cultura e da língua – numa concepção mais elaborada, que se executará durante os anos 1970 (cf. ARNOLD 1980, p.14).

2.3 Novos paradigmas: Os anos 1970

A década de 1970 foi determinada, no plano político, por importantes rupturas, inovações e novos paradigmas: Willy Brandt, ministro de relações exteriores da RFA e pouco depois chanceler durante cinco

⁵ Pode-se falar neste contexto da “Alltagskultur”.

⁶ Bem antes da fundação do primeiro *Instituto Goethe*, em 1932, já se tinham estabelecidos os institutos *Dante Alighieri* da Itália (desde 1889) e *Alliance Française* da França (desde 1893), entre outros (cf. ARNOLD 1980, p. 21).

⁷ Aqui não será possível relatar extensamente a política exterior da RDA. Porém, existem numerosas publicações sobre o tema (ver p. ex. em PAULMANN 2005, p. 7; ARNOLD 1976, p. 39–55; ARNOLD 1980, p. 43–48).

⁸ Em língua alemã utiliza-se, em oposição à “Alltagskultur”, o termo “Hochkultur”, que inclui representações culturais tais como concertos, teatro, ópera, literatura e em parte também cinema.



anos, fortaleceu a política exterior e elevou a *política cultural* à posição de “terceiro pilar” das relações com os países estrangeiros, colocando-a ao lado da política exterior e da política econômica (cf. AMMON 2015, p.101). Dentro da agenda política, os contatos econômicos, como também a diplomacia cultural⁹ e as pesquisas sobre as consequências de medidas políticas, ganharam mais peso (cf. PAULMANN 2005, p.7).

Em termos de concepções, o Governo Federal publicou em 1970 pela primeira vez um documento¹⁰ que deixou transparentes as bases da política exterior de cultura, mencionando em primeiro lugar a internacionalização e a abertura frente às suas contrapartes (cf. PAULMANN 2005, p.5). Neste documento, aprovado finalmente pelo parlamento federal da Alemanha, sustenta-se que só a cooperação internacional pode garantir o desenvolvimento de um país. Fica claramente visível o novo paradigma de uma percepção ampla e generalizada de cultura¹¹, que inclui áreas tais como esporte, educação, e intercâmbios, ou seja, uma percepção que corta a linha elitista (cf. ARNOLD 1980, p.30). A tendência de chegar a uma imagem realista da Alemanha ficou cada vez mais fortalecida, sem deixar, no entanto, de falar de “exportação de cultura”, o que mostra uma perspectiva ainda unidirecional de valores e cultura, principalmente em contato com os países do “terceiro mundo” (cf. MAAß 2002, p. 2; ARNOLD 1976, p.7).

2.4 A política externa de cultura e línguas na virada do milênio

Nos anos 1990 vieram o fim da *guerra fria*, a queda do mundo bipolar e a abertura do *bloco oriental* para as influências econômicas e culturais do oeste. Do lado alemão houve esforços de atender à nova demanda cultural e linguística com o estabelecimento de novas instituições, como por exemplo a abertura de novos *Institutos Goethe* em países como Polônia e Rússia – com o consequente fechamento de estabelecimentos em outros lugares, às vezes bem tradicionais (cf. MAAß 2002, p.4). Depois de perceber que o trabalho nos “novos países” não foi tão grande e exitoso, decidiu-se por uma reavaliação da política exterior de cultura e língua de maneira geral, o que levou ao estabelecimento de uma nova concepção no ano 2000¹².

Os elementos principais da „Konzeption 2000“, baseadas num “diálogo entre as culturas”¹³ (VOSCHERAU 1996, p.18–19), consistem numa verdadeira e estreita cooperação internacional¹⁴ na economia, na diplomacia e na cultura, incluindo nesse último campo o intercâmbio acadêmico, a pesquisa, a educação, a formação profissional, o fortalecimento das mídias de comunicação e da língua e as escolas alemãs no estrangeiro (cf. MAAß 2002, p.5). Um aspecto novo, que antes não fazia parte da estratégia oficial da política exterior, foram temas como os direitos humanos, a resolução de conflitos, democracia e o fomento de valores humanos.

Desde a virada do milênio pode-se constatar que aspectos da educação estão ganhando uma importância cada vez maior (cf. AMMON 2015, p.101). Sinais visíveis desta tendência são a alteração da denominação oficial da estratégia, que a partir de 2001 passou a se chamar “Política exterior de cultura e educação”¹⁵, e o aumento do número de estrangeiros estudando na Alemanha¹⁶.

9 Termo derivado do inglês *public diplomacy*, que descreve a totalidade de medidas empreendidas por atores públicos, que visam a influenciar a opinião do público no estrangeiro, utilizando com frequência instrumentos das relações públicas. Para mais informação, ver Ostrowski (2010, p. 48).

10 Título do original em alemão: “Leitsätze für die Auswärtige Kulturpolitik”. O link para acessar o documento na internet encontra-se na bibliografia no final do artigo, baixo “Auswärtiges Amt 1970”.

11 Na língua alemã, estabelece-se a diferença entre „engem Kulturbegriff“ e „weitem Kulturbegriff“.

12 É devido ao ano da sua elaboração que o documento original leva o nome de “Konzeption 2000”.

13 Esta denominação de “diálogo” quer manifestar que “cultura”, dentro da política exterior, já não é vista como “projeto de exportação” (PAULMANN 2005, p.1), mas sim como oportunidade de cooperação equitativa – até no âmbito financeiro.

14 Entrou, neste contexto, o termo de “Kultur als Zweibahnstraße” (citado em MAAß 2002, p.4).

15 Em alemão, fala-se de “Auswärtige Kultur- und Bildungspolitik” (AKBP) – um termo cada vez mais estabelecido e utilizado.

16 O número dos “Bildungsausländer” (pessoas sem nenhuma biografia escolar na Alemanha antes de entrar na universidade) triplicou entre 1993 e 2015, passando de 74.612 a 235.858 pessoas (mais que o dobro em porcentagem, cf. DAAD/DZHW 2016: p. 8). Para mais informações, consultar a página



2.5 Desafios atuais

A Alemanha, hoje em dia, quer ser um ator político importante, cada vez mais integrado à escala global. Este empreendimento só é possível com uma política coerente e compreensível para os parceiros internacionais – daí os esforços do país em se aproximar de diferentes blocos de Estados (cf. VOSCHERAU 1996, p.17).

Pode-se constatar, em geral, que a imagem da Alemanha no mundo melhorou consideravelmente nos últimos anos (cf. AMMON 2015, p. 104), um fato que pode-se atribuir a vários motivos: o poder econômico constante (Alemanha segue como 4º país no mundo em dados econômicos e como 2º em exportações), a abertura para estudantes do mundo inteiro (está em 1º lugar de países receptores de estudantes, sem contar os países de língua inglesa, cf. DAAD/DZHW 2016, p.60–63) ou bem os sucessos no esporte (país anfitrião da copa do mundo de futebol em 2006 e ganhador do mesmo em 2014), entre outros.

Mesmo assim, a Alemanha se vê enfrentando uma série de desafios, que não estão relacionados apenas com o impacto da globalização:

- A política exterior alemã pensa em escala global, mas tem que concentrar as forças (até econômicas) e optar por regiões ou sócios “de enfoque” (cf. VOSCHERAU 1996, p.25). Uma manifestação desta tendência é, por exemplo, a elaboração de “concepções regionais”¹⁷.
- A situação econômica exige, frente a uma cooperação cada vez mais elevada em número e intensidade, cada vez mais cooperação em parcerias igualitárias, também no âmbito financeiro (cf. MAAß 2002, p.5), uma razão pela qual o programa “Ciência sem Fronteiras” do governo brasileiro foi muito bem recebido na Alemanha.
- Num continente cada vez mais unido, um desafio grande consiste na superação de percepções nacionalizadas e egoístas, ainda frequentes na política exterior dos países europeus (cf. VOSCHERAU 1996, p.28), mas obsoleto principalmente na percepção extra-europeia da região.

Os desafios aqui descritos, junto com vários outros, levaram à elaboração, no ano de 2012, de uma nova concepção¹⁸ mais integrada da política exterior de cultura, destacando como enfoques atuais a cooperação internacional em educação, na pesquisa e no fomento de uma convivência pacífica em escala global.

3. CONCEITOS E ATORES DA POLÍTICA EXTERNA DE CULTURA

Com a finalidade de melhor conhecer o funcionamento da política externa cultural de um país, é importante definir, em linhas gerais, a forma de intervenção dos órgãos públicos na realização das atividades, pois a estruturação das medidas tem uma grande influência na forma de atuar na prática. Na discussão científica, encontramos três modelos principais para descrever o caráter da política externa de um país (cf. MAAß 2015, p.263):

- Na *forma estatista*, a política externa cultural é administrada e aplicada diretamente por instituições governamentais, que frequentemente operam de forma centralizada. Um exemplo é a França com a rede *Alliance Française*.
- Na *forma mista*, a política externa cultural é organizada conjuntamente por instituições do governo e por empresas ou organizações privadas. Encontramos esta forma geralmente em países menos “Wissenschaft Weltoffen”, administrada pelo *Deutsches Zentrum für Hochschul- und Wissenschaftsforschung* e o *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DZHW/DAAD), no link: www.wissenschaft-weltoffen.de.

¹⁷ No contexto da cooperação germano-brasileira há de mencionar, por exemplo, a “Concepção do Governo Federal Alemão para os países da América Latina e do Caribe”, publicado pelo AA em 2010, que determina o Brasil como o país mais importante de cooperação no continente. Ver o link na bibliografia em “Auswärtiges Amt 2010”.

¹⁸ A concepção atualizada leva o nome: „Globalisierung gestalten – Partnerschaften ausbauen – Verantwortung teilen. Konzept der Bundesregierung“. Ver o link na bibliografia em “Auswärtiges Amt 2012”.



centralizados, como por exemplo a Itália, onde, entre outras coisas, as universidades têm uma grande autonomia na gestão dos contatos e das atividades internacionais.

- A Alemanha adotou, no decorrer do tempo, a *forma não-estatista* de organizar sua política externa cultural. Não significa uma desconexão completa do governo, e ainda se mantém certa dependência. Porém não são, na maioria das vezes, as instituições do governo que estão envolvidas na execução das atividades culturais, mas sim organizações legalmente independentes do estado, tais como ONGs, fundações, associações, bem como empresas e pessoas privadas.

Mesmo com a abordagem não-estatista, a coordenação geral das atividades culturais no exterior é realizada pelo Ministério de Relações Exteriores da Alemanha (AA) em Berlim¹⁹ (cf. PAULMANN 2005, p.1), salientando-se que há diversos departamentos dentro do ministério que se ocupam da política de cultura, de educação e da língua alemã no exterior (cf. AMMON 2015, p. 106; MAAß 2002, p. 7). A particularidade, no caso da Alemanha, está no modo descentralizado de atuação na prática, onde a Alemanha se diferencia pelo número elevado de atores na área²⁰ (cf. VOSCHERAU 1996, p.16).

Uma característica da Alemanha é o propósito de garantir a participação ativa da sociedade na política externa cultural (cf. PAULMANN 2005, p.19), podendo-se destacar cinco níveis horizontais de atuação nesta direção: as medidas culturais estão sendo realizadas a nível individual (cidadãos), nível local (municípios), regional (Estados Federais), nacional (RFA) e supra-nacional (União Europeia). Todos os atores relevantes da área reconhecem este esquema, mesmo na hora de discutir se é mais relevante a atuação dos indivíduos ou das instituições: por um lado, é certo que a cultura é realizada em primeiro lugar por seres humanos, pessoas de caráter individual (cf. ARNOLD 1976, p. 11). Por outro lado, não se deveria esquecer da importância de instituições como universidades e fundações políticas, que concretizam em grande medida a política exterior (cf. VOSCHERAU 1996, p. 16), e do fato de que mais de 6.300 cooperações e intercâmbios bilaterais são estabelecidos e mantidos diretamente pelos municípios e comunidades alemães (cf. MAAß 2002, p.9).

Retomando a ideia dos *mediadores culturais* (Kulturmittler), pode-se citar um estudo complexo de Ostrowski, que investigou a atuação da *diplomacia cultural* e constatou que na política externa cultural da Alemanha os cinco primeiros atores ativos em escala internacional são o Instituto Goethe, o DAAD, as câmaras de comércio, a GIZ/GTZ (Cooperação Técnica) e as escolas alemãs (cf. OSTROWSKI 2010, p.147). A lista mostra claramente a importância de instituições relacionadas à educação, cultura e fomento da língua. São essas organizações que de fato realizam uma grande parte da representação e do trabalho cultural no exterior, sendo que os cinco mencionados de maior impacto não são os únicos e que existem muito mais associações, instituições e fundações – só das últimas, contamos na Alemanha com mais de 20.000 (cf. MAAß 2002, p.10) – bem como mais de 600 instituições não dependentes do estado, que têm seu enfoque de trabalho na cooperação internacional (cf. SCHULTE 2000, p.132).

O sistema alemão dos mediadores culturais tem, por certo, suas vantagens, mas também desvantagens. De vantagens, encontram-se a flexibilidade, a inovação e o pluralismo na hora de representar a Alemanha, que leva a uma imagem mais realista do país no exterior. As organizações geralmente contam com muita experiência na sua área de atuação, têm os contatos necessários, fazem parte de redes com acesso a interlocutores bem mais amplos do que os órgãos oficiais, e não dependem tanto da política oficialista, o

¹⁹ O papel do AA na coordenação das atividades justifica a opção de operar com documentos do ministério na presente pesquisa. Outros órgãos do estado envolvidos diretamente em assuntos da política externa cultural são principalmente os ministérios de Educação e Pesquisa e de Cooperação Internacional (cf. AMMON 2015, p. 106).

²⁰ Entra aqui a figura do „Kulturmittler“, particular no sistema alemão, que descreve uma pessoa ou entidade envolvida diretamente na representação cultural externa e no contato com o estrangeiro. Para uma definição e descrição mais complexa, ver Maaß (2015, p. 263).



que pode até facilitar o contato com os parceiros locais no estrangeiro (cf. MAAß 2015, p. 267–269). Ao mesmo tempo, há de mencionar as dificuldades: não haver metas de atuação muito claras, existência de estruturas duplas, sobrepostas ou, pelo contrário, concorrentes, entre diferentes organizações, a dificuldade de coordenação entre as instituições e certos egoísmos na hora de pedir e distribuir a verba pública (cf. SCHULTE 2000, p.133–137). Mesmo com estas dificuldades, os autores concordam que a estrutura alemã de organizar a política externa de cultura em grande parte através de mediadores culturais é uma solução exitosa que aproveita bem as oportunidades da diplomacia pública (cf. MAAß 2015, p. 269; SCHULTE 2000, p.137).

4. EIXOS DA POLÍTICA: EDUCAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Com a finalidade de dar visibilidade às estruturas da política externa cultural, os autores propõem nas discussões científicas determinados eixos temáticos, tais como a auto-representação cultural de um país, a representação econômica e social no exterior, as ações das representações oficiais do Estado e as atividades de informação no exterior (cf. PAULMANN 2005, p.4). Pode-se agregar a esta lista uma outra linha relevante de argumentação: a política linguística.

No caso da Alemanha, podemos constatar atividades de política linguística desde há mais de dois séculos (cf. AMMON 2015, p. 101). Já desde o início da política externa cultural da RFA, o fomento da língua alemã faz parte da agenda oficial, por exemplo através da rede de escolas alemãs no exterior (cf. DÜWELL 2005, p. 85). No plano de fomento da língua alemã, o país determinou, ao longo dos anos, seis principais eixos de atuação: a oferta de alemão como língua estrangeira, as escolas alemãs no exterior, o apoio às minorias de origem alemã, o fomento do alemão como língua de educação e da ciência, alemão como instrumento importante de comunicação e mídias, e finalmente a língua alemã na diplomacia, principalmente no contexto da União Europeia (cf. AMMON 2015, p.107–111).

Na atualidade, os atores políticos e os mediadores culturais estão enfocando dois eixos principais como área de atuação de uma política linguística proativa: O primeiro campo é a economia, onde, devido aos contatos internacionais, a demanda da língua para fins específicos²¹ é cada vez mais visível, e o segundo é o universo da educação, principalmente em áreas acadêmicas (cf. DAAD 2014, p.1). O *Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico* (DAAD), a maior instituição de fomento acadêmico no mundo, reagiu frente ao desenvolvimento dos últimos anos e declarou essencial o fortalecimento da formação de professores de alemão, como também a cooperação internacional na Germanística (cf. DAAD 2014, p. 4), atendendo, dessa forma, às reivindicações da disciplina de aproximar a língua e a política: um entendimento básico da política linguística é considerado hoje em dia uma das competências chaves de futuros professores e atores na área da educação (cf. FUNK 2003, p.70).

Na perspectiva política, por sua vez, determina-se o fomento da língua alemã como uma tarefa comum dos principais mediadores culturais. Um exemplo claro dessa abordagem é o estabelecimento da *Rede Alemã*²², iniciado pelo AA, onde os principais mediadores (como o Instituto Goethe, o DAAD e as escolas alemãs) estão coordenando suas atividades em prol da língua (cf. AUSWÄRTIGES AMT 2014, p.5). A importância do fomento da língua tem sido sublinhada, hoje em dia, pela maioria das instituições políticas externas, destacando que medidas concisas de apoio são essenciais não só para

²¹ Pode-se constatar, neste sentido, uma demanda crescente nas temáticas de “Fachsprache” e “Deutsch für den Beruf” – dois campos com uma clara inclinação à língua aplicada.

²² Tradução do termo “Netzwerk Deutsch”, um conjunto das relevantes instituições da política externa cultural, que está sendo apresentado de maneira concisa na publicação mencionada do Auswärtiges Amt (2014).



a disciplina da Germanística e para os professores, mas também para a representação do país no exterior em geral²³.

Na hora de analisar a situação do Brasil, pode-se constatar que na última década tem-se logrado resultados importantes em diferentes áreas da sociedade, mas que principalmente o setor da Educação ainda apresenta sérios desafios, seja na educação escolar, na formação profissional ou nas universidades (cf. PASSOS RIBEIRO 2015, p.41).

Semelhante ao caso da Alemanha, no Brasil também cresce a consciência de que a educação é a chave de ouro para um desenvolvimento sustentável, e que é preciso dedicar esforço e dinheiro para obter os avanços desejados. Na prática, essa convicção se concretizou no *Plano Nacional de Educação* (PNE) para o decênio de 2014–2024, que menciona numerosas medidas de fomento para o setor educacional. Em matéria acadêmica e de cooperação, é interessante a citação, dentro do PNE, da mobilidade internacional de estudantes e docentes universitários com a finalidade de enriquecer a experiência educativa (cf. BRASIL 2014, artigo 12.12). Essa inclinação está em conformidade com a ampliação dos programas do governo, tais como *Ciência sem Fronteiras* (CsF) e, há pouco tempo, *Idiomas sem Fronteiras* (IsF). Encontramos então, nas medidas de cooperação internacional em prol da educação e na política linguística proativa, duas temáticas de grande importância, relevantes para os dois países, e que estão começando a ser contempladas pela política de uma maneira consciente e abrangente.

5. CONCLUSÃO

A política externa cultural e linguística, como também a situação econômica favorável da Alemanha na atualidade, fazem com que a demanda de aprender a língua alemã esteja crescendo em várias partes do mundo. O crescimento mais agudo pode ser constatado na África, mas é claramente visível também em países como Índia e China, que têm interesses massivos de caráter econômico e científico. De igual forma, no Brasil vemos aumentar o número de alunos de alemão (cf. AUSWÄRTIGES AMT 2015, p.27), tendo esses cada vez mais um perfil heterogêneo que precisa ser contemplado no planejamento das aulas. Resumindo, a situação atual, bastante positiva, traz chances e desafios para a área de alemão no Brasil, em vários aspectos.

A disciplina, principalmente na área de *Alemão como Língua Estrangeira*, avançou consideravelmente nos últimos anos, enfocando as possibilidades e oportunidades de aprendizagem de línguas. Em termos de “cultura”, foram desenvolvidas novas abordagens que superam o pensamento estereotipado em “nações” e “diferenças”; na didática, utilizam-se agora novas formas de aprendizagem autônoma, incluindo as atuais tecnologias; e na formação de professores, entraram técnicas individualizadas como a “pesquisa de ação”²⁴. Esses avanços também poderiam ser aproveitados positivamente pela Germanística do Brasil; colocando-a como disciplina inovadora para processos de ensino-aprendizagem em geral.

A ampliação na formação de línguas pode figurar como interesse comum da Germanística nos dois lados do oceano, sabendo que a aprendizagem de línguas constitui um dos maiores desafios para a educação no Brasil. O Governo já reagiu, parcialmente, à demanda, com programas no setor universitário tais como *Idiomas sem Fronteiras*, mas a tarefa ainda é imensa (cf. PASSOS RIBEIRO 2015, p.56). Seguramente, a Germanística no Brasil pode constituir um papel positivo neste processo de formação, ao mesmo tempo

²³ Neste sentido argumenta o reconhecido germanista Hans-Jürgen Krumm: “In Bezug auf DaF gehört eine geschickte und erfolgreiche Sprachenpolitik zu den Bedingungen, die das Lehren und Lernen von Deutsch überhaupt sichern und fördern.” (KRUMM et al. 2010, p. 10).

²⁴ A „Aktionsforschung“ constitui, por exemplo, a base do novo material de formação continuada dos *Institutos Goethe*. Através de um programa de *Especialização*, oferecida pela Universidade Federal da Bahia, também está disponível de forma aberta no Brasil.

em que pode se beneficiar da demanda crescente por cursos de alemão no país. Parece, então, um bom caminho orientar os estudos universitários da língua mais à prática, aproveitando as experiências positivas e de boa prática de *Alemão como Língua Estrangeira* no mundo (cf. STANKE/BOLACIO 2014, p.127).

No momento de finalizar este artigo, podemos constatar que encontramos cada vez mais informações e, também, resultados de pesquisa científica sobre temas de política exterior e linguística. Porém, as lacunas ainda são visíveis: uma delas é a falta de cooperação (de caráter nacional e internacional) na pesquisa, e o desconhecimento da situação em outros países (cf. BAUER 2015, p.415). Neste sentido, este trabalho pretende estabelecer uma ponte de contato entre o Brasil e a Alemanha, com a finalidade de outorgar informações e seguir discutindo temas e eixos de pesquisa em comum, sabendo que a cooperação entre a Alemanha e a América Latina conta com uma larga e positiva tradição²⁵ (cf. VOSCHERAU 1996, p.25–26).

Afirmamos que a cooperação frutífera entre os dois países não viveu somente em décadas ou séculos passados, mas está também no presente: em 2013, o Brasil foi “convidado especial” na feira do livro em Frankfurt, em 2013/2014 se celebrou o *Ano da Alemanha no Brasil*, e em agosto de 2015 se realizaram consultas governamentais em conjunto dos gabinetes alemães e brasileiros, com a presença das duas chefes de Estado. Existe, então, nas relações germano-brasileiras, um grande potencial de cooperação, que poderia ser aproveitado particularmente nas áreas da política externa cultural e da educação (cf. PASSOS RIBEIRO 2015, p.32). Sem dúvida, a língua alemã pode constituir, neste sentido, uma ponte importante.

REFERÊNCIAS:

- AMMON, Ulrich (2015). Denken, Sprechen, Verhandeln – Die deutsche Sprache im internationalen Wettbewerb. In: MAAß, Kurt-Jürgen (ed.). Kultur und Außenpolitik. Handbuch für Wissenschaft und Praxis. Baden-Baden: Nomos, 101–113.
- ARNOLD, Hans (1976). Kulturexport als Politik? Aspekte auswärtiger Kulturpolitik. Tübingen: Horst Erdmann Verlag.
- ARNOLD, Hans (1980). Auswärtige Kulturpolitik. Ein Überblick aus deutscher Sicht. München: Carl Hanser.
- AUSWÄRTIGES AMT (1970). Leitsätze für die Auswärtige Kulturpolitik. [Disponível online: www.ifa.de/fileadmin/pdf/aa/akbp_leitsaetze1974.pdf - última visita no dia 18/11/2016]
- _____ (2000). Auswärtige Kulturpolitik – Konzeption 2000. [Disponível online: www.ifa.de/fileadmin/pdf/aa/akbp_konzeption2000.pdf - última visita no dia 18/11/2016]
- _____ (2010). Deutschland, Lateinamerika und die Karibik: Konzept der Bundesregierung. [Disponível online: www.auswaertiges-amt.de/cae/servlet/contentblob/367294/publicationFile/93979/LAK-Konzept_dt.pdf - última visita no dia 18/11/2016]
- _____ (2012). Globalisierung gestalten – Partnerschaften ausbauen – Verantwortung teilen. Konzept der Bundesregierung. Berlin: Auswärtiges Amt. [Disponível online: www.auswaertiges-amt.de/cae/servlet/contentblob/608384/publicationFile/169965/Gestaltungsmaechtekonzept.pdf - última visita no dia 18/11/2016]
- _____ (2014). Die Förderung von Deutsch als Fremdsprache im Ausland. Wer macht was im Rahmen der AKBP? [Disponível online: www.kmk.org/fileadmin/pdf/PresseUndAktuelles/2015/Deutschfoerderung_im_Ausland_2.pdf - última visita no dia 18/11/2016]

²⁵ Pode-se confirmar com a citação: “Lateinamerika ist unter den überseeischen Kontinenten diejenige Region, die uns Deutschen seit dem 19. Jahrhundert in mancher Hinsicht am nächsten steht.” (ARNOLD 1980, p.83).



_____ (2015). Deutsch als Fremdsprache weltweit. Datenerhebung 2015. [Disponível online: https://www.goethe.de/resources/files/pdf37/Bro_Deutschlernerhebung_final2.pdf - última visita no dia 18/11/2016]

BAUER, Gerd Ulrich (2015). Kein Stiefkind mehr – Die Auswärtige Kulturpolitik in Forschung und Lehre. In: MAAß, Kurt-Jürgen (ed.). Kultur und Außenpolitik. Handbuch für Wissenschaft und Praxis. Baden-Baden: Nomos, 409–415.

BRASIL (2014). Plano Nacional de Educação 2014-2014: Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. [Disponível online: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm - última visita no dia 18/11/2016]

DAAD (2014). Deutschförderung des DAAD – Bedarf und Perspektiven. [Disponível online: imperia.daad.com/medien/der-daad/unsere-aufgaben/deutsche-sprache/pdfs/daad_germanistik_publicationen_deutschfoerderung_bedarf_perspektiven.pdf - última visita no dia 18/11/2016]

DAAD / DZHW (2016). Wissenschaft weltoffen 2016. Daten und Fakten zur Internationalität von Studium und Forschung in Deutschland. [Disponível online: www.wissenschaftweltoffen.de - última visita no dia 18/11/2016]

DÜWELL, Kurt (2005). Zwischen Propaganda und Friedenspolitik – Geschichte der Auswärtigen Kulturpolitik im 20. Jahrhundert. In: MAAß, Kurt-Jürgen (ed.). Kultur und Außenpolitik. Handbuch für Studium und Praxis. Baden-Baden: Nomos, 53–83.

FUNK, Hermann (2003). Die Ausbildung von Fremdsprachenlehrenden – vom Regen in die Traufe? Kritische Anmerkungen unter besonderer Berücksichtigung der Praxis Deutsch als Fremdsprache. In: BAUSCH, Karl-Richard / CHRIST, Herbert / KRUMM, Hans-Jürgen (eds.). Fremdsprachenlehrerausbildung. Konzepte, Modelle, Perspektiven. Tübingen: Narr, 68–78.

KRUMM, Hans-Jürgen et al. (2010). Perspektiven und Schwerpunkte des Faches Deutsch als Fremd- und Zweitsprache. In: KRUMM et al. (eds.). Deutsch als Fremd- und Zweitsprache. Ein internationales Handbuch. Berlin: De Gruyter, 1–18.

MAAß, Kurt-Jürgen (2002). Auswärtige Kulturpolitik im Spannungsfeld zwischen Konzeption und Umsetzung. Stuttgart: Institut für Auslandsbeziehungen. [Disponível online: www.ifa.de/fileadmin/pdf/maass/akp_konzeption.pdf - última visita no dia 18/11/2016]

_____ (2015). Vielfältige Umsetzungen – Ziele und Instrumente der Auswärtigen Kulturpolitik. In: MAAß, Kurt-Jürgen (ed.). Kultur und Außenpolitik. Handbuch für Wissenschaft und Praxis. Baden-Baden: Nomos, 47–56.

_____ (2015). Das deutsche Modell – Die Mittlerorganisationen. In: MAAß, Kurt-Jürgen (ed.). Kultur und Außenpolitik. Handbuch für Wissenschaft und Praxis. Baden-Baden: Nomos, 263–277.

MUMME, Martin (2006). Strategien auswärtiger Bewußtseinspolitik. Würzburg: Königshausen & Neumann.

OSTROWSKI, Daniel (2010). Die Public Diplomacy der deutschen Auslandsvertretungen weltweit. Theorie und Praxis der deutschen Auslandsöffentlichkeitsarbeit. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

PASSOS RIBEIRO, Felipe (2015). Die Förderung der deutschen Sprache im Kontext der Internationalisierung der brasilianischen Bildungspolitik. [Tese de Mestrado, elaborada na universidade *Friedrich-Schiller-Universität Jena*, no departamento de Germanística / Alemão como Língua Estrangeira].



PAULMANN, Johannes (2005). *Auswärtige Repräsentationen. Deutsche Kulturdiplomatie nach 1945*. Köln: Böhlau.

SCHULTE, Karl-Sebastian (2000). *Auswärtige Kulturpolitik im politischen System der Bundesrepublik Deutschland*. Berlin: Verlag für Wissenschaft und Forschung.

STANKE, Roberta / BOLACIO, Ebal (2014). Germanistik und DaF an der Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: DAAD (ed.). *Germanistik in Brasilien. Herausforderungen, Vermittlungswege, Übersetzungen. Beiträge der DAAD-Germanistentagung 2013 mit dem Partnerland Brasilien*. Göttingen: Wallstein, 127–129.

VOSCHERAU, Henning (1996). *Kulturelle Vielfalt. Von der deutschen auswärtigen Politik zur europäischen Kulturpolitik*. In: SCHMIDT, Helmut et al. (eds.). *Wozu deutsche auswärtige Kulturpolitik?* Stuttgart: Neske, 15–31.

Paul Voerke: Graduação e Mestrado em Alemão como Língua Estrangeira, Letras (Área de Espanhol) e História (2007) pela Universidade de Leipzig (Alemanha). Graduação e Mestrado em Pedagogia / Ciências da Educação (2015) pela Universidade de Leipzig. Doutorado em Alemão como Língua estrangeira em andamento. Docente nas Universidades UFPA-Belém (Brasil) e PUC-Quito (Equador), entre 2007 e 2012. Desde 2012, pesquisador e livre docente na universidade Friedrich-Schiller-Universität Jena (Alemanha), Departamento de Filosofia. Co-coordenador dos programas bilaterais GIP e UNIBRAL com a UERJ (Brasil) e tutor-docente no programa de estudos „Deutsch Lehren Lernen“ (em cooperação com o Instituto Goethe). Contato: paul.voerke@uni-jena.de

*Recebido em 13 de dezembro de 2015.
Aprovado em 20 de março de 2016.*